

OPORTUNIDADES DE DIVERSIFICAÇÃO DOS RENDIMENTOS E ACESSO AO FINANCIAMENTO DA UE PARA OS PESCADORES DA PEQUENA PESCA NA UE

Dezembro 2022



AUTORES

Fabio Grati

CNR-IRBIM, Ancona, Italy

fabio.grati@cnr.it

Francesca Perretta

ASSAM, Ancona, Italy

perretta_francesca@assam.marche.it

RESUMO

Estado atual da pequena pesca na Europa

A pequena pesca (PP) europeia representa uma tradição cultural e um fator essencial para a economia azul sustentável das comunidades costeiras, protegendo as técnicas de pesca tradicionais e contribuindo para a preservação do património cultural regional e nacional. A PP está geralmente integrada em contextos, tradições e ambientes locais distintos, o que resulta numa variedade de técnicas e práticas de pesca. Por este motivo, definir a PP não é uma tarefa fácil. Neste relatório, de acordo com a definição mais recente da UE (Regulamento [UE] 2021/1139), a PP representa «navios de pesca de águas marinhas e interiores, de comprimento fora a fora inferior a 12 metros e que não utilizam artes de pesca rebocadas, e por pescadores apeados, nomeadamente mariscadores.».

Na Europa, os dados dependentes da pesca (FDI), ano de referência 2020, indicam que a PP incluiu 63% das embarcações de pesca da UE. Os países com o maior número de embarcações de PP encontram-se no Mediterrâneo (ou seja, Grécia, Itália e Croácia). Em termos de desembarques, a PP representa apenas uma pequena fração (5%) dos desembarques globais da UE (FDI, 2020). No entanto, a qualidade dos produtos do mar desembarcados pela PP é geralmente superior em comparação com aquela de outras pescarias. O valor dos desembarques da PP representou 13% de todos os desembarques da UE em 2019 (AER, 2021). Os desembarques da PP destinam-se, muitas vezes, a fornecer peixe e produtos da pesca aos mercados locais e nacionais, bem como ao consumo de subsistência.

Na Europa, este setor está sob a pressão de vários fatores, como a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (IUU), a pesca recreativa, a concorrência com a pesca industrial em grande escala no mercado, os conflitos com outros utilizadores no contexto marítimo por questões de espaço (por exemplo, aquicultura, produção de energia) e de recursos (por exemplo, outras pescas que exploram os mesmos recursos da PP), o crescente impacto dos principais predadores nas capturas e nas artes de pesca (por exemplo, golfinhos, toninhas) e o aumento de espécies não indígenas (por exemplo, o peixe-sapo de bochecha prateada, o *Lagocephalus sceleratus*). Todas estas pressões, em conjunto com outros riscos resultantes do esgotamento global dos recursos haliêuticos (e da consequente redução de desembarques), com a flutuação de preços do peixe e do combustível, com a distribuição desigual de possibilidades de pesca em comparação com outros segmentos das frotas e com o aumento de poluição resultante das atividades antropogénicas, são suscetíveis de provocar uma nova redução do rendimento da PP num futuro próximo.

Multifuncionalidade: uma oportunidade para a PP europeia

A multifuncionalidade é amplamente reconhecida como uma ferramenta para a diversificação do rendimento. No contexto da pesca, tem sido analisada em vários estudos e projetos realizados a nível local, europeu e internacional. Também tem sido abordada nos principais instrumentos de política da UE implementados em vários períodos de programação. A multifuncionalidade na pesca pode assumir várias formas: desde a diversificação das atividades de produção primária (por exemplo, artes e técnicas de pesca) à introdução de atividades complementares no setor das pescas (por exemplo, acrescentar valor à cadeia de abastecimento de peixe) e noutros setores, (por exemplo, serviços ambientais ou serviços sociais). Como o conceito de multifuncionalidade está estreitamente ligado aos conceitos de adaptabilidade e transferibilidade, este representa uma oportunidade particularmente interessante para o setor da PP. Efetivamente, a PP é, por natureza, caracterizada pela pluriatividade devido à sua resiliência intrínseca, descrita como «adaptabilidade e transferibilidade» (Walker et al., 2004). A PP aplica várias estratégias de subsistência que envolvem a flexibilidade na pesca, a mobilidade geográfica e a diversificação. De acordo com Salmi

(2015), os pescadores estão a tentar adaptar as suas estratégias a outras atividades, outros interesses e ideologias, como a proteção da biodiversidade, a utilização para o lazer e o turismo. A multifuncionalidade no contexto do setor da PP pode ser a resposta à diminuição da rentabilidade e do emprego e à utilização sustentável dos recursos nas comunidades costeiras.

Apesar da sua relevância para o setor da PP e dos esforços feitos pela UE no sentido de promover a diversificação de atividades, o seu pleno potencial continua por revelar. O presente relatório apresenta uma revisão das boas práticas nas políticas, nos programas e nos projetos da UE em direção à multifuncionalidade para ajudar a apresentar a situação e a identificar as trajetórias de desenvolvimento para a multifuncionalidade na PP. Neste contexto, um melhor entendimento da situação da PP e dos principais desafios ao nível da UE e dos Estados-Membros (EM) é um pré-requisito. Por conseguinte, os factos e números importantes foram também resumidos.

No âmbito das políticas ambientais e das pescas da UE, a relevância da PP para a economia azul das comunidades costeiras tem aumentado progressivamente. Os apelos a um maior apoio à PP têm vindo a aumentar desde a adoção da Política Comum das Pescas (PCP) em 2013.

Financiamento da UE para a PP

A análise documental cumpriu neste relatório o objetivo de demonstrar os elementos eficazes e os obstáculos resultantes da utilização dos fundos europeus, como o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) e os programas Interreg e de investigação no período de 2014-2020 para a PP ao nível da UE e dos EM. As abordagens ascendentes e participativas, o envolvimento interativo dos principais atores da PP, o reforço da cooperação entre a PP/os organismos de investigação/os governos/as ONG/a sociedade civil, a capacitação dos recursos humanos com novas aptidões e competências e a valorização dos conhecimentos práticos dos pescadores de pequena escala podem ser indicados como elementos eficazes decorrentes de algumas das operações financiadas pela UE nas últimas décadas e descritas neste relatório. No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer. Os dados da avaliação do desempenho do FEAMP (o principal instrumento financeiro para o setor das pescas durante o período de 2014-2020) relativos à PP, continuam a não ser satisfatórios comparativamente às ambições e aos recursos planeados. Efetivamente, a falta de disponibilidade de dados específicos sobre as operações da PP a nível nacional (os EM não são obrigados a disponibilizar os dados filtrados por setor), os condicionalismos na implementação de operações como uma falta de interesse dos potenciais beneficiários e as dificuldades em alcançar a categoria da PP foram apresentados como problemas críticos na implementação do FEAMP. Além disso, os encargos administrativos, os procedimentos complexos de aplicação e implementação e a insuficiência de informações para os potenciais beneficiários, ainda representam os principais obstáculos comuns à utilização eficiente e eficaz das oportunidades de financiamento da UE. O setor da PP é composto por um grande número de microempresas, o que resulta num panorama empreendedor fragmentado que tende a ser marginalizado nos processos de tomada de decisões, uma vez que muitos operadores não são membros de organizações ou associações reconhecidas formalmente e existem poucos canais de participação.

No que diz respeito à diversificação do rendimento na PP, para além das iniciativas realizadas pelos Grupos de Ação Local nas Pescas (GALP), considerados o «parceiro natural» da PP, os programas Interreg deram o seu contributo através de projetos de cofinanciamento destinados a valorizar a sustentabilidade da PP e a promover a multifuncionalidade. Não obstante, essas iniciativas eram, muitas vezes, limitadas a iniciativas-piloto de curta duração, não tendo sido totalmente aplicada uma abordagem de quádrupla hélice (isto é, as autoridades públicas, a indústria, as universidades e os cidadãos).

Olhando para o período de programação de 2021-2027, a diversificação do rendimento na PP pode parecer uma nova oportunidade de desenvolvimento, uma vez que está incluída nos principais temas das estratégias e dos programas da UE para 2030. Um quadro de políticas integradas e favoráveis pode, efetivamente, apoiar e simplificar a adoção da multifuncionalidade na PP com ferramentas e recursos. Pode, também, garantir a durabilidade e o aproveitamento das boas práticas, o desenvolvimento de novos projetos e iniciativas e uma maior cooperação entre os diferentes atores no setor da PP.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A revisão das boas práticas regionais, nacionais e transnacionais da UE em direção à multifuncionalidade no setor da PP levou à identificação de elementos eficazes fundamentais, bem como de obstáculos que impedem o desenvolvimento de todo o seu potencial.

Elementos eficazes da revisão das boas práticas

Para serem dignas do nome, as boas práticas devem demonstrar a sua eficácia, transferibilidade e durabilidade na prática. A tabela abaixo mostra os elementos «*horizontais*» comuns e eficazes das boas práticas apresentadas nos capítulos anteriores do presente relatório.

Elementos eficazes das boas práticas

- Abordagem ascendente e envolvimento interativo dos principais atores na PP.
- Reforço da cooperação entre a PP e os organismos de investigação, os governos, as ONG e a sociedade civil.
- Capacitação dos recursos humanos com novas aptidões e competências através da formação, por exemplo, e valorização dos conhecimentos práticos dos pescadores de pequena escala.
- Reforço da PP através do aumento da liderança, da apropriação, da cooperação e da coordenação.
- Envolvimento dos pescadores de pequena escala no planeamento e na implementação de ações-piloto técnicas, de eventos e de outras iniciativas esperadas em projetos focados no setor das pescas, na proteção dos recursos marinhos e na diversificação do rendimento.
- Melhor comunicação com os intervenientes no setor das pescas: empresas, universidades e institutos de investigação, decisores políticos, ONG e sociedade civil.
- Um quadro de políticas capaz de apoiar e simplificar a multifuncionalidade com ferramentas e recursos e capaz de garantir a durabilidade e o aproveitamento das boas práticas.

A utilização de artes de pesca mais seletivas, os protocolos destinados a melhorar a exploração sustentável dos recursos marinhos, o contributo para a recolha de dados e a vigilância do meio ambiente são exemplos da *cooperação reforçada entre os pescadores de pequena escala e os organismos de investigação* baseada na «*confiança*» mútua.

Por exemplo, o envolvimento dos pescadores em ações-piloto, medidas e ferramentas de teste desenvolvidas pelos institutos de investigação/universidades pode ajudar os pescadores de pequena-escala a passar de intervenientes para atores principais, de forma a aumentar a sustentabilidade. Por outro lado, os institutos de investigação devem estabelecer uma ponte entre o laboratório e as práticas, disponibilizando protocolos e ferramentas que consideram as necessidades e os desafios diários dos pescadores de pequena escala (por exemplo, a utilização de Dispositivos Acústicos de Dissuasão de Golfinhos para mitigar os conflitos entre a PP e os golfinhos).

A *capacitação dos pescadores de pequena escala com novas aptidões* é, também, um resultado do reforço da cooperação entre institutos de investigação/universidades e, em alguns casos, da utilização adequada dos fundos da UE (por exemplo, atividades de formação implementadas pelos GALP, projetos inter-regionais). Por exemplo, isto pode incluir o desenvolvimento de ferramentas TIC para melhorar a rastreabilidade de produtos marinhos e a recolha de dados em tempo real em relação às necessidades dos utilizadores finais, aplicações de mercados virtuais para a venda direta de produtos marinhos, iniciativas em matéria de marca e marketing que exigem formação adequada e novas competências.

Os estudos de casos de Áreas Marinhas Protegidas (AMP) apresentados no relatório são exemplos da operacionalização de cogestão baseada na criação de espaços adequados para *interação* entre as várias partes interessadas nos recursos limitados (por exemplo, PP, gestores, institutos de investigação/universidades, autoridades públicas, ONG, sociedade civil).

A *boa comunicação* dos valores da PP no que diz respeito ao seu contributo para a utilização sustentável dos recursos marinhos, o património cultural e o desenvolvimento socioeconómico das comunidades costeiras, é essencial para sensibilizar a sociedade civil, incluindo os utilizadores dos recursos marinhos, os consumidores e os estudantes. As demonstrações e iniciativas públicas (por exemplo, campanhas de sensibilização, festivais, demonstrações de culinária, workshops técnicos, etc.) planeadas e organizadas com o envolvimento direto dos pescadores de pequena escala e das suas associações podem ajudar em diferentes níveis: (i) a alcançar potenciais compradores; (ii) a compreender as preferências dos consumidores; (iii) a aumentar a representatividade setorial; (iv) a promover uma «cultura» do mar e (v) a chamar a atenção para as potenciais vantagens da multifuncionalidade.

A multifuncionalidade implica inovação que, muitas vezes, não é totalmente explorada pelos operadores da PP. As abordagens de mediação de inovações (isto é, baseadas na Parceria Europeia de Inovação para a Agricultura) da PP, aplicadas em projetos-piloto (por exemplo, o projeto ARIEL), indicaram de que forma os serviços de apoio à inovação podem acelerar a inovação e simplificar a adoção. O envolvimento interativo de vários atores nos setores da PP pode ajudar: (i) a promover um melhor entendimento sobre a situação da inovação, das atitudes e das expectativas; (ii) a procurar e a impulsionar as oportunidades de financiamento (isto é, financiamentos públicos e privados); (iii) a promover a utilização complementar dos fundos; (iv) a criar redes e parcerias para implementar novas atividades; e (v) a valorizar os conhecimentos existentes.

Para ser eficaz, a multifuncionalidade também tem de ser viável para os pescadores de pequena escala. No contexto do turismo ligado à pesca, o apoio recebido pelos pescadores no desenvolvimento do seu plano de negócios facilitou o entendimento destes relativamente às potenciais vantagens da diversificação.

Obstáculos à multifuncionalidade

Tendo em conta a sua «transferibilidade», os elementos eficazes referidos neste relatório podem ajudar a superar alguns dos obstáculos que impedem o desenvolvimento e a plena implementação da multifuncionalidade na PP, tendo sido apresentados ao nível da UE e dos EM pelos diferentes intervenientes que atuam no setor da pequena pesca.

Obstáculos à multifuncionalidade na PP

- Abordagem orientada para a ciência e a investigação, em que as novas ideias resultantes da investigação são postas em prática através da transferência unidirecional de conhecimentos (linear).
- Falta de valorização dos conhecimentos práticos e falta de aprendizagem mútua.
- Pouco conhecimento sobre as abordagens de inovação social.
- Fraca postura dos atores da PP no sentido de inovar as práticas, os produtos e os serviços.
- Conhecimento insuficiente de como inovar, por exemplo, adoção de soluções tecnológicas e não tecnológicas para acrescentar valor às práticas e aos produtos da PP.
- Falta de programas de formação prolongados e personalizados de acordo com as necessidades específicas da PP e o desenvolvimento de novas competências.
- Conflitos com outros utilizadores no contexto marítimo por questões de espaço e recursos a nível local.
- Conhecimentos escassos sobre a viabilidade socioeconómica das atividades relacionadas com a multifuncionalidade.
- Falta de sensibilização para as vantagens sociais, económicas e ambientais da multifuncionalidade.
- Falta de comunicação com as autoridades locais.
- Encargos administrativos ao recorrer às subvenções.
- Falta de uma metodologia definida comum e harmonizada para recolher, avaliar e elaborar dados e informações sobre a monitorização periódica da situação da multifuncionalidade na PP e abordar as políticas e as medidas.
- Falta de sensibilização e de capacidade para aceder às oportunidades de financiamento da UE.
- Falta de representatividade e agregação, marginalização dos pescadores de pequena escala no processo de tomada de decisões.

- Dificuldades em fazer chegar informações aos intervenientes da PP.
- Fraca integração/complementaridade entre as políticas setoriais (por exemplo, turismo, pescas).
- Fraca integração entre os programas e os instrumentos de financiamento relacionados (por exemplo, FEAMP, FSE, FEDER).
- Abordagem descendente das autoridades competentes.

Apesar dos elementos eficazes dos estudos de casos descritos neste relatório, a criação de um quadro harmonizado para apoiar a capacidade de a multifuncionalidade na PP fazer face aos objetivos de sustentabilidade, atendendo às necessidades diárias e preservando os rendimentos, continua a ser um desafio e está frequentemente limitada a iniciativas-piloto de curta duração.

Recomendações

A revisão documental da situação, das boas práticas, da eficácia e do impacto dos instrumentos financeiros relativamente à multifuncionalidade no setor da PP da UE apresentada no relatório pode ser uma oportunidade de reflexão e recomendações, de forma a contribuir para uma melhor e mais eficaz governação da diversificação dos rendimentos da PP no período de 2021-2027.

Caixa de recomendações

- Potenciar e participar nos recursos complementares em termos de conhecimento e financiamento.
- Aproveitamento e enriquecimento mútuo de iniciativas e projetos anteriores e em curso a nível regional e transnacional.
- Novas abordagens e ferramentas para o envolvimento interativo da PP.
- As autoridades nacionais e locais devem estabelecer as condições para a representatividade adequada dos atores da PP em associações nacionais e locais.
- Disponibilização contínua de dados atualizados e mais detalhados sobre a PP por parte das autoridades nacionais.
- Participação dos pescadores de pequena escala na tomada de decisões.
- Os representantes da PP devem ser incentivados e apoiados no sentido de praticar ou aplicar a multifuncionalidade.
- Sensibilização e desenvolvimento de capacidades da PP relativamente a oportunidades de financiamento locais, nacionais e da UE para diversificar os seus rendimentos.
- Programas de formação personalizados de acordo com as necessidades específicas da PP.
- Envolvimento direto dos pescadores de pequena escala e das associações em projetos de investigação e de cooperação inter-regionais.
- Criação de uma base de dados abrangente das boas práticas da PP na UE.

Foram envidados vários esforços para operacionalizar as abordagens quádruplas à PP, uma vez que a participação de empresas, institutos de investigação/universidades, governos e da sociedade civil no planeamento e na implementação de medidas e projetos é amplamente reconhecida como um fator essencial na maximização de oportunidades à escala regional, nacional e transnacional. Os fundos da UE já abordam este desafio, mas podem ser posteriormente utilizados para fortalecer as hélices individuais ao nível local e para melhorar as capacidades locais de interação. *É necessário alcançar e envolver sistematicamente os atores da PP para recolher dados, identificar necessidades e promover a agregação e troca mútua de experiências e ideias a pôr em prática. Neste contexto, as instituições públicas podem agir como mediadores da inovação pública, facilitando este processo ascendente e apresentando instrumentos para estabelecer contactos e parcerias.* A iniciativa PEI-AGRI (Parceria Europeia de

Inovação para a Produtividade e a Sustentabilidade Agrícolas) e a aplicação «piloto» das atividades de mediação de inovações na PP, no âmbito do projeto ARIEL, pode constituir um estudo de caso inspirador para fomentar o envolvimento interativo dos intervenientes na PP, bem como para incentivá-los a planear e a implementar uma cogestão e a estabelecer novas parcerias e novos projetos baseados na multifuncionalidade. É do consenso geral a forma como o envolvimento dos pescadores na tomada de decisões conjunta e na criação conjunta contribui para a aceitação das medidas técnicas e de gestão.

Incentivar a participação dos intervenientes na PP e o seu envolvimento direto em projetos de cooperação inter-regional, por exemplo, pode permitir a troca de conhecimentos, abordagens e instrumentos de diferentes contextos, estabelecendo as bases para um quadro harmonizado para a multifuncionalidade da PP e considerando as especificidades locais. *Utilizar da melhor forma a riqueza de experiências e conhecimentos práticos, deste e de outros setores, deve ser uma prioridade.*

A diversificação dos rendimentos no setor da PP já é uma questão abordada pelas políticas e pelos instrumentos financeiros da UE, apesar de terem surgido, na prática, vários condicionalismos relativamente à utilização dos fundos dos/para os pescadores da PP. Em alguns casos, um conjunto de projetos abrange questões semelhantes. Muitas vezes, as questões sobrepõem-se parcialmente de tal forma, que as atividades são orientadas pelos mesmos parceiros, os estudos de casos ocorrem nas mesmas áreas e a população visada ou considerada de atores é idêntica. Nesses casos, as conclusões devem ser revistas e consolidadas para otimizar o planeamento de projetos futuros. Isto evitaria repetições e custos desnecessários, alcançando a harmonização e a racionalização necessárias na utilização do financiamento da UE.

Em relação ao nível de implementação do FEAMP, as autoridades públicas mencionaram dificuldades no que diz respeito a fazer chegar informações aos pescadores de pequena escala (por exemplo, informações sobre a solicitação de subvenções, reuniões, etc.). Estes elementos parecem contribuir para a falta de sensibilização para os instrumentos financeiros da UE como forma de apoio à PP e para a falta de resposta dos pescadores de pequena escala aos pedidos de subvenções. A Autoridade de Gestão do FEAMP também referiu a fraca qualidade dos pedidos. No entanto, os potenciais beneficiários da PP dos fundos da UE culpam os encargos administrativos e os procedimentos administrativos complexos associados à solicitação de subvenções e à gestão de projetos. Para além disso, a nível local, o DLBC (Desenvolvimento Local de Base Comunitária) nem sempre resulta no contributo esperado para a diversificação da PP.

Os pescadores de pequena escala devem ser informados através de campanhas personalizadas sobre as oportunidades de financiamento locais, nacionais e da UE para diversificar os seus rendimentos. Os programas de formação personalizados de acordo com as necessidades específicas da PP, incluindo os aspetos administrativos da solicitação de subvenções e projetos, devem ser promovidos e implementados.

6.17 Portugal



PERSPETIVA GERAL

A República Portuguesa é um país cujo território continental se situa na Península Ibérica, no Sudoeste Europeu, e cujo território inclui, também, os arquipélagos atlânticos dos Açores e da Madeira. Representa o ponto mais ocidental no continente europeu. O território do país é delimitado, a oeste e a sul, pelo Oceano Atlântico e, a norte e a este, pela Espanha, sendo este o único país que tem uma fronteira terrestre com Portugal. A costa portuguesa é extensa: para além de, aproximadamente, 943 km ao longo da costa de Portugal continental, os arquipélagos dos Açores (667 km) e da Madeira (250 km) estão principalmente rodeados por zonas costeiras com escarpas. Portugal tem uma superfície de 92 212 km² e cerca de 10 milhões de habitantes.

O setor de pequena pesca representa um elemento essencial das pescas portuguesas devido à sua abrangência nacional extensa, à diversidade de artes de pesca utilizadas, às espécies capturadas, ao elevado número de pescadores e de outros intervenientes envolvidos indiretamente no setor, bem como à sua elevada importância social e cultural aos níveis local, regional e nacional (Pita et al., 2015).

As pescas portuguesas (no continente e nos arquipélagos dos Açores e da Madeira) caracterizam-se tradicionalmente como pescas artesanais, de pequena escala, de trabalho intensivo, de artes variadas e multiespecíficas. Tendem a capturar espécies de elevado valor comercial e a fornecer peixe fresco aos mercados locais e nacionais (Pita e Gaspar, 2020). A pesca portuguesa realiza desembarques em 163 portos de todo o país.

A maior parte das embarcações de pequena dimensão são de propriedade familiar (as famílias têm, geralmente, um único barco) e, por norma, o capitão é o proprietário da embarcação. Tradicionalmente, a remuneração das embarcações de pequena pesca em Portugal é realizada através de um sistema de quotas de pesca, isto é, a tripulação recebe uma parte das receitas provenientes da venda das capturas, depois de deduzir os custos de pesca e outros custos (segurança social, seguros da tripulação, custos operacionais, etc.) (Pita e Gaspar, 2020).

Tendo em consideração a definição europeia de PP, os dados dependentes da pesca (2020) indicam que a este setor pertenciam 2317 embarcações (correspondendo a 76% da frota nacional) e que foram desembarcadas 11 168 toneladas de produtos do mar (correspondendo a cerca de 62 milhões de EUR) em 2020 (Figuras 1, 2 e 3).

PROBLEMAS CRÍTICOS DA PP EM PORTUGAL

- Diminuição de desembarques.
- Aumentos dos custos operacionais.
- Baixa rentabilidade.
- Concorrência com produtos de aquicultura, peixe importado e venda ilegal proveniente da pesca recreativa.
- Falta de influência política.
- Concorrência pelo espaço com outras utilizações do mar (por exemplo, pesca industrial em grande escala, pesca recreativa, turismo marítimo).
- Várias artes de pesca utilizadas na PP não são permitidas nas AMP.
- Envelhecimento dos trabalhadores e falta de renovação geracional.
- Problemas relacionados com o marketing e a comercialização dos produtos.
- Má gestão e falta de controlo e aplicação da lei.
- Dependência cada vez maior de um número limitado de espécies em algumas partes do país (por exemplo, o polvo).

Fonte: Pascual-Fernández et al, 2020

Pita e Gaspar (2020) referem que a PP portuguesa explora uma grande variedade de espécies. Em particular, o polvo comum (*Octopus vulgaris*) e o peixe-espada preto (*Aphanopus carbo*) são a principal espécie visada no continente, enquanto o atum, o chicharro (*Trachurus picturatus*), o pargo (*Pagrus pagrus*) e o cantaril (*Helicolenus dactylopterus*) são as espécies visadas mais importantes nos Açores. Os mesmos autores indicam que, na Madeira, os dois taxón mais abundantes são o atum e o peixe-espada preto.

Os dados dependentes da pesca (FDI) confirmam a importância do polvo comum para a PP portuguesa, apesar de o choco (*Sepia officinalis*), a cavala (*Scomber japonicus*), o robalo (*Dicentrarchus labrax*) e o congro (*Conger conger*) contribuírem significativamente para os desembarques (Figura 49).

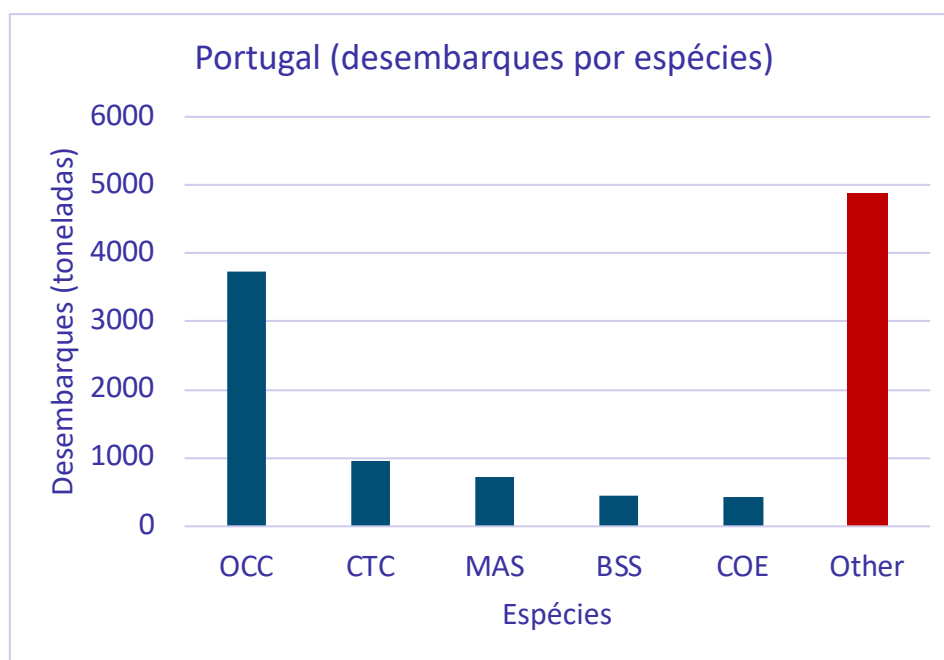


Figura 49. Desembarques por espécies da PP portuguesa (FDI, 2020). OCC: *Octopus vulgaris*; CTC: *Sepia officinalis*; MAS: *Scomber japonicus*; BSS: *Dicentrarchus labrax*; COE: *Conger conger*. A categoria «Outras»* inclui 208 espécies.

*Other = Outras

Instrumentos financeiros que apoiam a PP em Portugal

O principal instrumento financeiro para o setor das pescas em Portugal é o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas gerido pela Autoridade de Gestão do programa MAR 2020. O principal objetivo do Programa Operacional (PO) português é melhorar a competitividade e a viabilidade das pescas e da aquicultura em Portugal, reforçar o desenvolvimento tecnológico, a inovação e a transmissão de conhecimentos às empresas de pesca e aquícolas e, também, melhorar a organização comum de mercados. A tabela abaixo apresenta os principais números da atribuição, dos compromissos e do desempenho financeiro do FEAMP na base marítima atlântica e em Portugal de acordo com o relatório FAME (monitorização e avaliação das pescas e da aquicultura) 2020.

Principais dados do FEAMP: Base Marítima Atlântica e Portugal

Bacia marítima/ EM	Atribuição total (EUR)	Montante total do FEAMP autorizado pela Autoridade de Gestão (EUR) (Infosys, 31/12/2020)	Despesas totais elegíveis com o FEAMP declaradas pelos beneficiários à Autoridade de Gestão (EUR)	Taxa de absorção %	N.º de operações
Atlântico	256 164 135	884 733 038	416 147 985	33,1%	18 338
Portugal	392 485 464	350 701 838	182 067 664	46,4%	5127

Fonte: Relatório FAME, 2020.

A atribuição total do FEAMP em Portugal corresponde a 16% do montante total atribuído ao nível das bacias marítimas, com um desempenho das despesas de 17% comparativamente às despesas totais elegíveis declaradas pela Autoridade de Gestão ao nível das bacias marítimas. O compromisso médio por operação no país correspondeu a 123 139 EUR.

Portugal: Contribuição do FEAMP por Prioridade para a União (PU)

EM	PU1	PU2	PU3	PU4	PU6	TA (assistência técnica)	Total por EM	Total por EM	%
PT	89 625	65 000	55 447	32 710	121 518	5335	22 850	392 485	6,90

Fonte: Programas operacionais dos Estados-Membros. Situação em dezembro de 2019.

De acordo com o relatório FAME 2020, o FEAMP apoiou 659 operações associadas às embarcações da PP com um montante total elegível de 8 471 608 EUR, correspondendo praticamente ao montante autorizado pela Autoridade de Gestão.

EM	N.º de operações	PP apoiadas	Montante autorizado pela Autoridade de Gestão (EUR)	Despesas elegíveis declaradas pelos beneficiários à Autoridade de Gestão (EUR)
PT	1895	659	9 689 025	8 471 608

Entre as medidas do FEAMP associadas aos temas da pequena pesca costeira (PPC), aquelas relacionadas com o artigo 69 «Processamento dos produtos da pesca e da aquicultura» e o artigo 43 «Portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos» foram referidas nas «Cinco principais medidas» em termos de compromisso da Autoridade de Gestão (Relatório FAME, 2020).

Artigo	Montante total elegível do FEAMP autorizado pela Autoridade de Gestão (EUR)	Despesas totais elegíveis com o FEAMP declaradas pelos beneficiários à Autoridade de Gestão (EUR)	N.º de operações	Desempenho das despesas (% declarada no montante total autorizado)
69	65 193 809	37 030 776	112	57%
43	46 133 503	25 511 716	109	55%

No período de programação de 2014-2020, a área abrangida pelo DLBC aumentou de 70% para 95% e o número de GALP aumentou de 7 para 15. A atribuição total para o DLBC no último período de programação foi de 41,2 milhões de EUR, comparativamente a 21,5 milhões de EUR no período de programação de 2007-2013. De 2014-2020, o orçamento médio por GALP foi de 2 565 495.

Desafios do DLBC de 2014-2020	Objetivos do DLBC de 2014-2020
<ul style="list-style-type: none"> • Baixo nível de instrução dos pescadores. • Baixa atratividade das pescas para os jovens, principalmente devido aos baixos rendimentos e às oportunidades de emprego alternativas limitadas nas comunidades de pescadores. • Perda de competitividade da indústria de pesca. • Exigências contraditórias nas áreas costeiras. • Aquecimento global e esgotamento de recursos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Intensificar a competitividade do setor das pescas (por exemplo, através do reforço das economias locais e da promoção de circuitos de abastecimento curtos, de produtos marinhos de elevada qualidade e de mercados de produtos do mar locais). • Promover a inovação nas zonas de pesca. • Melhorar as qualificações educacionais e profissionais relacionadas com o mar e a pesca. • Promover a preservação, conservação e reabilitação dos recursos naturais e paisagísticos (por exemplo, através da valorização de planos marítimos).

PROBLEMAS QUE AFETAM O DESEMPENHO DO FEAMP EM PORTUGAL

- Processo complicado de apresentação de pedidos para os beneficiários devido a procedimentos complexos de concursos públicos.

Para além do FEAMP, os beneficiários portugueses podem solicitar outros fundos para apoiar o crescimento azul das suas comunidades, participando em vários projetos de investigação e inter-regionais cofinanciados pela UE no último período de programação. Portugal é elegível para os programas da UE apresentados na caixa abaixo.

Programas de 2014 – 2020

ESPON 2020, de 2014-2020
 INTERACT III de 2014-2020
 INTERREG V-A Espanha – Portugal (Madeira – Açores – Canárias (MAC)) de 2014-2020
 INTERREG V-A Espanha – Portugal (POCTEP) de 2014-2020
 INTERREG VB Espaço Atlântico de 2014-2020
 INTERREG VB Mediterrâneo de 2014-2020
 INTERREG VB Sudoeste Europeu de 2014-2020
 Interreg Europa de 2014-2020
 Bacia do Mar Mediterrâneo, a cooperação transfronteiriça (CBC) sob o Instrumento Europeu de Vizinhança (ENI) de 2014-2020
 URBACT III de 2014-2020

O gráfico que se segue apresenta o número de projetos, de parcerias e os orçamentos por tema no período de programação de 2014-2020, para um orçamento total de 161 915 295 EUR para 440 projetos (Figura 50).

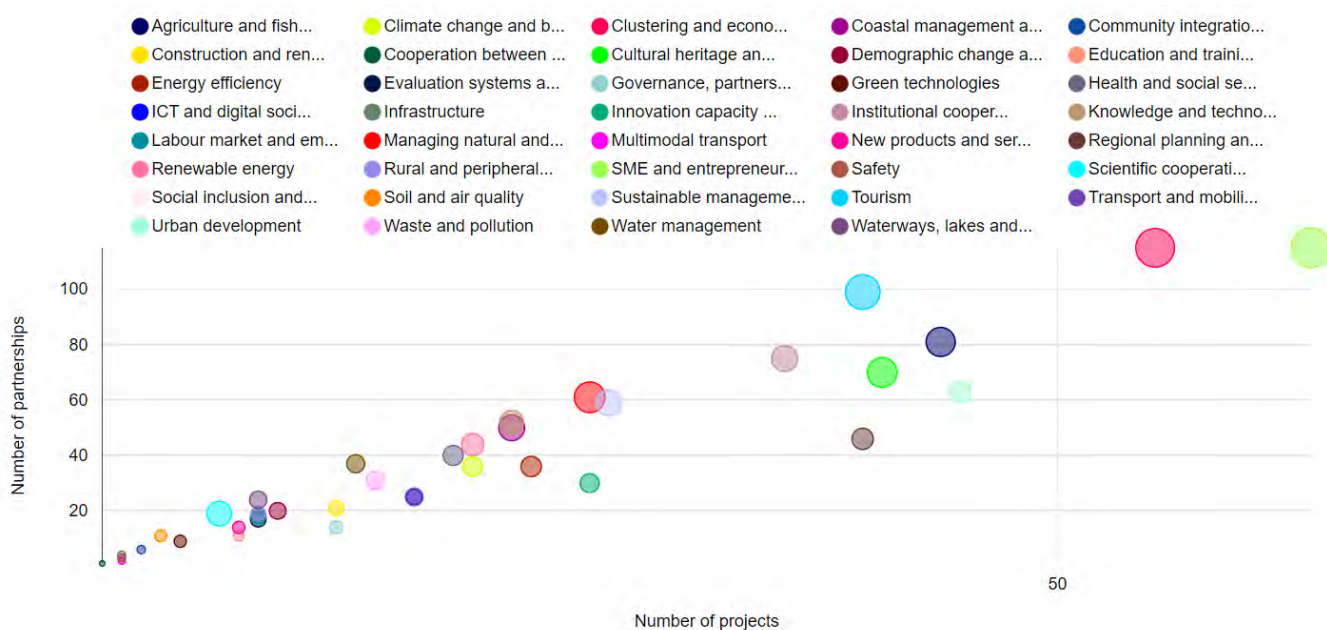


Figura 50. Portugal. Número de projetos e de parcerias e orçamentos de 2014-2020 por tema. Fonte: <https://keep.eu/countries-and-regions/>

Agriculture and fisheries and forestry	Agricultura, pesca e silvicultura
Construction and renovation	Construção e renovação
Energy efficiency	Eficiência energética
ICT and digital society	TIC e sociedade digital
Labour market and employment	Mercado de trabalho e emprego
Renewable energy	Energias renováveis
Social inclusion and equal opportunities	Inclusão social e igualdade de oportunidades
Urban development	Desenvolvimento urbano
Climate change and biodiversity	Alterações climáticas e biodiversidade
Cooperation between emergency services	Cooperação entre os serviços de emergência
Evaluation systems and results	Sistemas de avaliação e resultados
Infrastructure	Infraestruturas
Managing natural and man-made threats, risk management	Gestão de ameaças naturais e humanas, gestão de riscos
Rural and peripheral development	Desenvolvimento rural e periférico
Soil and air quality	Qualidade dos solos e do ar
Waste and pollution	Resíduos e poluição
Clustering and economic cooperation	Agrupamento e cooperação económica
Cultural heritage and arts	Património cultural e artes
Governance, partnership	Governança, parceria
Innovation capacity and awareness-raising	Capacidade de inovação e sensibilização
Multimodal transport	Transporte multimodal
SME and entrepreneurship	MPME e empreendedorismo
Sustainable management of natural resources	Gestão sustentável dos recursos naturais
Water management	Gestão da água
Coastal management and maritime issues	Gestão de zonas costeiras e de assuntos marítimos
Demographic change and immigration	Alterações demográficas e imigração
Green technologies	Tecnologias ecológicas
Institutional cooperation and cooperation networks	Cooperação institucional e redes de cooperação
New products and services	Novos produtos e serviços
Safety	Segurança
Tourism	Turismo
Waterways, lakes and rivers	Vias navegáveis, lagos e rios
Community integration and common identity	Integração comunitária e identidade comum
Education and training	Educação e formação

Health and social services	Serviços de saúde e sociais
Knowledge and technology transfer	Transferência de conhecimentos e tecnologias
Regional planning and development	Desenvolvimento e ordenamento do território
Scientific cooperation	Cooperação científica
Transport and mobility	Mobilidade e transporte
Number of partnerships	Número de parcerias
Number of projects	Número de projetos

No gráfico da Figura 51, os projetos foram selecionados a partir da base de dados Keep por tema de interesse em relação aos temas da PP:

- turismo;
- gestão sustentável dos recursos naturais;
- agricultura, pesca e silvicultura;
- gestão de zonas costeiras e de assuntos marítimos.

De um total de 440 projetos, 118 estão relacionados com os temas mencionados com um orçamento total de 45 106 827 EUR.

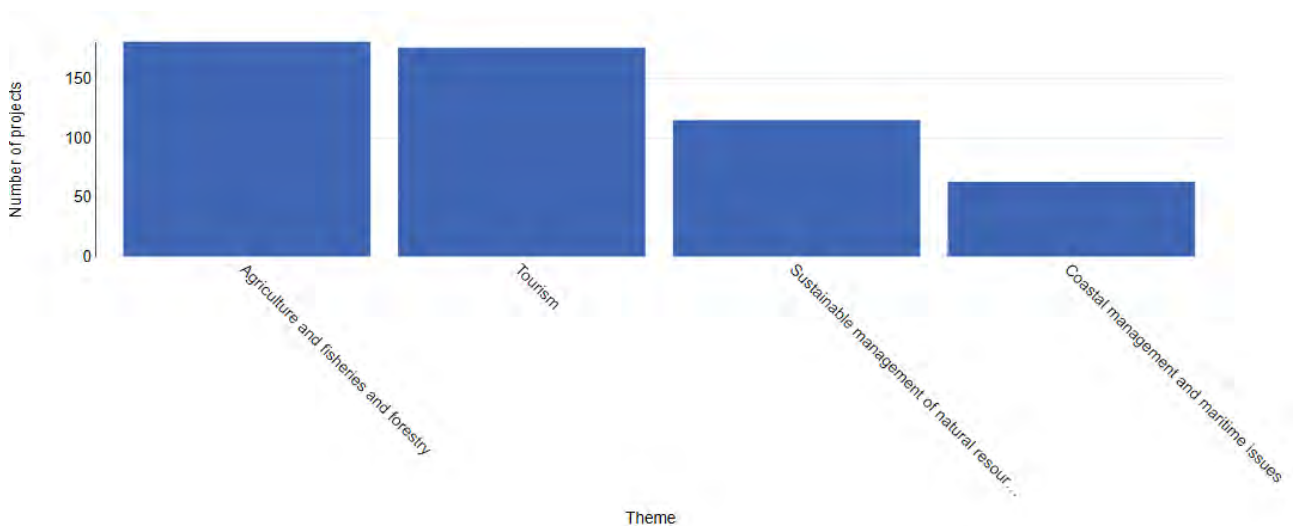


Figura 51. Portugal. Número de projetos por tema. Fonte: <https://keep.eu/countries-and-regions/>

Agriculture and fisheries and forestry	Agricultura, pesca e silvicultura
Tourism	Turismo
Sustainable management of natural resources	Gestão sustentável dos recursos naturais
Coastal management and maritime issues	Gestão de zonas costeiras e de assuntos marítimos
Number of projects	Número de projetos
Theme	Tema

A agricultura, a pesca e a silvicultura parecem ser os temas principais dos projetos financiados, seguindo-se o turismo. Apesar da sua relevância, o tema da gestão de zonas costeiras e de assuntos marítimos permanece subexplorado no quadro dos projetos financiados.

Projetos da PP e boas práticas em Portugal

BOAS PRÁTICAS: PT #1

País: Portugal

Boas práticas: Projeto FEP/GALP

Temas abordados: acréscimo de valor, rastreabilidade, marca

Título e descrição: Marca KM 0

O objetivo do projeto era acrescentar valor ao peixe local do Minho-Lima ao criar um instrumento de marketing valioso e ao reunir os intervenientes de toda a cadeia de atores envolvidos na produção, no processamento, nas vendas, no marketing e no consumo dos produtos da pesca locais. O desenvolvimento da marca «KM 0» começou com a projeção de um sistema de rastreabilidade com uma Carta da Qualidade para alguns produtos do Minho-Lima. O projeto incluiu eventos, encontros e workshops que contaram com a participação de diferentes intervenientes.

Principais resultados: este projeto tira proveito da forte identidade dos produtos visados e da vasta gama de diferentes tipos de produtos, os quais devem beneficiar os distribuidores e os consumidores da mesma forma. O projeto promove a sazonalidade e a rastreabilidade das capturas locais.



60 rue Wiertz/Wiertzstraat 60
1047 Brussels, Belgium
www.greens-efa.eu
contactgreens@ep.europa.eu